

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.670.622 - PR (2020/0046377-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ANTONIO ALTERMIR CAETANO PINTO**  
**ADVOGADO : JULIANA CARLA DE OLIVEIRA FREITAS - PR063857**  
**AGRAVADO : A Z IMÓVEIS LTDA**  
**ADVOGADOS : SÍLVIO ANDRÉ BRAMBILA RODRIGUES - PR021305**  
**RAFAEL MARQUES GANDOLFI - PR025765**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ANTONIO ALTERMIR CAETANO PINTO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS - SENTENÇA QUE JULGOU O FEITO EXTINTO ANTE O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO - RECURSO DO AUTOR - PRELIMINAR DE NULIDADE SOB ALEGAÇÃO DE QUE SE TRATA DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA QUE NÃO SE SUJEITA À PRESCRIÇÃO - NÃO CONHECIMENTO - AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E A R SENTENÇA RECORRIDA - OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO R DECISUM - INOCORRÊNCIA - SENTENÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - PRELIMINAR DA APELADA PELA REVOGAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA - NEGADO - COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DO APELANTE - BENEFÍCIO MANTIDO - MÉRITO - TESE DE QUE NOS CASOS DE TRATO SUCESSIVO O PRAZO PRESCRICIONAL SE INICIA APÓS O VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA - INAPLICABILIDADE - CAUSA DE PEDIR E PEDIDO QUE NÃO TÊM RELAÇÃO COM O ADIMPLEMENTO DAS PARCELAS - DEMANDAS ANTERIORES QUE NÃO INTERROMPERAM O CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL POR VERSAREM SOBRE MATÉRIAS ALHEIAS AO DISCUTIDO NESTES AUTOS - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Quanto às controvérsias apresentadas, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial, no que concerne ao pedido genérico formulado e à justiça gratuita.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ademais, não se revela cognoscível a interposição do apelo nobre com base na alínea "c", do art. 105, inciso III, da Carta Magna, quando a demonstração do dissídio interpretativo se restringe à mera transcrição de ementas, sendo absolutamente indispensável o efetivo cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame da identidade ou similitude fática entre estes, nos moldes legais e regimentais, mister não desincumbido pelo postulante no caso em apreço.

Na mesma direção, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça: “É entendimento pacífico do STJ que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os julgados confrontados e transcrever trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas. (AgInt no AREsp n. 945.538/AL, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 20/11/2017).

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt nos EREsp 1.416.320/SE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 27/2/2019; AgInt nos EAREsp 407.728/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 18/4/2018; AgRg no AREsp 692.989/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/2/2019; AgInt nos EAREsp 313.624/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe 28/9/2018; e AgRg nos EAREsp 1.061.728/PE, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 15/8/2017.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente